

CAMPONESES EMIGRADOS E EMIGRANTES REGRESSADOS

PRÁTICAS DE EMIGRAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE REGRESSO
DUMA ALDEIA DA BEIRA INTERIOR *

MANUELA REIS E J. GIL NAVE**

INTRODUÇÃO

«Que eles emigrem e que fiquem por lá como lá ficam muitos, acho que não é bem. Abandonam o seu ninho para irem para outro. Está certo é o que eu fiz e outros mais; vão ganhar o seu, aplicam aqui e aumentam a coisa».

Depoimento de um emigrante

A escassos quilómetros da fronteira, a oeste da Serra da Malcata, onde tem início a vasta depressão geográfica economicamente demar-

(*) O presente texto, elaborado no âmbito do Centro de Estudos de Economia Agrária do Instituto Gulbenkian de Ciência, tem origem num trabalho de iniciação à investigação em co-autoria com Carlos Alberto Gomes, realizado no Seminário sobre a Sociedade Portuguesa — Problemas Rurais, do Curso de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, no Ano Lectivo de 1980-1981.

Desejamos expressar os nossos agradecimentos ao Dr. Afonso de Barros pelas preciosas sugestões e apoio crítico a esta versão, sem deixar de sublinhar que a responsabilidade do conteúdo deste texto compromete unicamente os seus autores.

Uma versão reduzida deste trabalho está publicada na Revista *Sociologia Ruralis*, vol. XXVI, n.º 1, 1986, sob o título «Emigrating peasants and returning emigrants: Emigration with return in a Portuguese village».

** Sociólogos-Assistentes de Investigação do Centro de Estudos de Economia Agrária da Fundação Calouste Gulbenkian

cada e conhecida como Cova da Beira, encontra-se localizada a aldeia de Meimão. Única povoação da freguesia e último reduto administrativo do distrito de Castelo Branco, situa-se no extremo norte do concelho de Penamacor, onde confina com a área concelhia do Sabugal e o distrito da Guarda.

Aldeia fortemente marcada pela emigração, apresentando um índice relativamente elevado de regressos e onde a actividade agrícola se constitui como núcleo aglutinador do quotidiano dos seus habitantes, facilmente se mostrou um lugar privilegiado de estudo num projecto que visava a compreensão dos motivos e condições do regresso dos emigrantes, bem como das formas de reinserção por si encontradas e prosseguidas. Constatados os efeitos evidentes do importante surto emigratório que, especialmente desde o início da década de 60, atingiu esta comunidade, tratava-se de conseguir verificar de que modo, apesar das transformações sofridas, foi possível recuperar a acção desagregadora do fenómeno emigratório, sob a forma da própria reprodução e reactivação económica e social deste espaço rural.

O fenómeno da emigração não poderá deixar de ser compreendido enquanto resultado de um processo com implicações e solicitações mais vastas, exigindo, portanto, uma demarcação precisa do nível em que a análise se situa. Ao privilegiar o *estudo local*, pretende-se fazer sobressair a «outra face» da emigração revestida das especificidades que lhe são conferidas pelas formas diversificadas de inserção e articulação da sociedade rural nos mecanismos económicos e sociais de desenvolvimento da formação social, especificidades consumadas nos diferentes aspectos sociológicos que, local e regionalmente, têm vindo a assumir.

Se os limites, validade e alcance explicativo do *estudo de caso* não nos permitem afirmar que a emigração, e mais especificamente o regresso na emigração, comporta sempre o mesmo conjunto de características nos espaços sociais que afecta, os elementos retidos por este nível de análise constituem indubitavelmente uma prevenção contra a sobrevalorização do carácter unitário e unívoco dos processos sociais a que se arrisca a «suficiência» explicativa das interpretações globalizantes. A análise local de fenómenos sociais globais pode, bem ao contrário, permitir o alargamento da sua percepção.

Justifica-se assim dar um relevo especial a duas dimensões fundamentais de observação que, assentes nas práticas sociais dos agentes envolvidos no processo emigratório, tenham em vista, por um lado, a determinação da decisão do regresso e, por outro, as condições oferecidas ou criadas na comunidade de molde a propiciar esse regresso. O sentido dessas decisões foi então procurado no estudo do «vivido» da emigração através da reconstituição dos trajectos familiares dos emigrantes. Ao mesmo tempo, foi possível compreender que o acto de emigrar, tendo embora lugar no quadro de um movimento seguindo vias e efeitos de arrastamento os mais diversos, se processa a partir de

condições bem precisas que mantêm a sua marca no próprio percurso social do emigrante e da respectiva família.

Aprender situações de regresso que têm atrás de si um conjunto de iniciativas sociais e económicas e cuja concretização, podendo embora ser apressada ou adiada por razões conjunturais vai sendo antecipadamente preparada, implica constatar a presença de uma *estratégia* individual-familiar que, num balanço permanente de custos e benefícios da emigração, se defronta com um contexto social determinado onde finalmente se decide a sua eficácia. É da conjugação destas duas dimensões de análise que esperamos poder vir a explicar o fenómeno do regresso e o sentido que ele toma nas comunidades rurais em que se vem verificando.

I — O PROCESSO EMIGRATÓRIO NO CONTEXTO LOCAL.

1. Êxodo rural e emigração

A estrutura etária da população da freguesia reflecte inequivocamente a configuração já habitual em agregados rurais afectados pelo intenso êxodo que, de um modo geral, atingiu o espaço rural camponês a partir de finais da década de cinquenta. Assim, detecta-se nítido estrangulamento nos grupos etários entre os 25 e 45 anos de idade (vd. Fig. 1), a par do envelhecimento global da população, cujos efectivos com idade superior a 45 anos ascendem a 43% (Fonte: Inquérito à população, realizado pelos autores em Fev./Mar. de 1981).

O fenómeno do regresso fica desde logo referenciado na significativa presença de emigrantes regressados, na sua maioria situados em faixas de idade que formam o estrato usualmente considerado de actividade plena e ainda de emigrantes estacionais — emigrantes que após alguns anos de permanência em França, actualmente dividem o seu tempo de trabalho anual entre Meimão e aquele país — cuja menor relevância quantitativa não invalida a sua importância neste processo de recomposição da estrutura populacional. Ao restabelecer-se o equilíbrio entre sexos, oculta-se assim um movimento de feminização da população, cuja transitoriedade segue de perto as formas específicas de emigração e regresso com que aqui nos defrontamos.

Por outro lado, a presença de um relativamente importante número de efectivos, especialmente do sexo masculino, nas faixas de idade entre os 15 e os 25 anos, se representa de algum modo os entraves colocados à emigração nos anos mais recentes ou as sentidas dificuldades de emprego nos centros urbanos do país, constitui também o elemento que põe à prova o processo de revitalização social e económica da aldeia. De facto, o conjunto de iniciativas económicas, directa ou indirectamente desencadeadas pela emigração ou por influência de outros factores ao nível da

região — a compra de terras e a reanimação da actividade agrícola, a construção civil e a exploração florestal suscitada pela instalação de uma fábrica de celulose no distrito, em Vila Velha de Ródão — revela aqui as suas potenciais capacidades de mobilização e absorção da mão-de-obra mais jovem, recém chegada ao mercado de trabalho.

No entanto a rarefacção de efectivos populacionais nas idades compreendidas entre os 25 e 40 anos, surge-nos, sem dúvida, como o estigma do movimento de êxodo que desde a década de cinquenta não parou de se acentuar reconduzindo o quantitativo populacional da freguesia para os níveis do fim do século passado (vd. quadro I).

O êxodo rural é muitas vezes interpretado à luz de concepções que tendem a reduzi-lo a uma das funções que o espaço rural historicamente vem cumprindo no desenvolvimento centrado na indústria e na concentração urbana das populações nas sociedades capitalistas actuais. Em virtude de se entenderem os processos sociais como um resultado necessário e linear das formas assumidas por tal desenvolvimento capitalista, estas concepções são propensas a ignorar a natureza e os conteúdos sociais particulares que desencadeiam e são desencadeados pelo êxodo nos espaços sociais em que este tem origem e a ver nos respectivos agentes simples executores de exigências sociais e económicas que os ultrapassam. No que especificamente concerne ao fenómeno emigratório, perfilhamos com T. Shanin a ideia de que «... em qualquer análise da emigração não só deve ter-se em conta as características do capitalismo urbano como também os processos de desintegração e mudança nas economias e sociedades rurais. Estanto embora indissolúvelmente interligados, ambos mantêm características relativamente autónomas» (1). Nesta perspectiva, o estudo dos processos internos às sociedades rurais (2), e a análise local em particular, vem permitir observar que os agentes sociais dos espaços sócio-geográficos «destinados» ao cumprimento de tal função de reserva de mão-de-obra criam, eles próprios, modos específicos de resposta a essas solicitações accionando mecanismos de articulação e confrontação de duas lógicas sociais distintas: uma que diz respeito ao lugar do espaço social rural e da agricultura na sociedade global, a outra que lhe é própria e radica na natureza intrínseca desse espaço (3).

As diversas configurações que o êxodo rural pode assim assumir reflectem-se nas diferentes formas de uso do espaço rural e na intervenção dos vários projectos de manutenção das ligações simbólicas e materiais a esse espaço: a sua fruição lúdica e as residências secundárias, o regresso após a reforma, o benefício de fornecimento directo de bens alimentares, a identificação simbólica com as «origens», ou ainda, se a implantação industrial ao nível regional o permite, a simples mobilidade sectorial em formas de semi-proletarização que conservam na sua rectaguarda uma exploração agrícola readaptada para o efeito.

Tais configurações, ao nível do fenómeno emigratório, traduzem-se

também em projectos diferenciados que se vão definindo num jogo complexo e pleno de intencionalidades entre as alternativas que se oferecem e as expectativas investidas no abandono parcial ou total, transitório ou definitivo da actividade agrícola e do espaço social rural. Os ensaios de mobilidade social lançados com a emigração reflectem-se com as suas contradições e características próprias nas imagens de transformação que se vão operando no *habitat* rural, transportando consigo formas diversificadas de investimento social, económico e simbólico que vão desde a utilização eminentemente urbana do espaço rural ao recrudescimento das suas especificidades e tradicionais funções (4).

Na comunidade rural estudada, por exemplo, existe, ao lado dos 190 fogos habitados, um conjunto de 84 casas desabitadas ao longo do ano, na sua maioria de construção recente, constituindo cerca de 31% do conjunto de edifícios com fins de habitação. Cerca de uma terça parte dessas casas — 22 num total de 84 — pertencem a famílias ausentes que residem em Lisboa. As restantes (62 casas) são propriedade de famílias emigrantes em França. Paralelamente à ostensividade simbólica com que na generalidade este conjunto de habitações se implanta na paisagem aldeã, denotando uma das vertentes do fenómeno (e)migratório, outras formas de acção social e económica, implicando outras consequências ao nível da intervenção simbólica e igualmente com origem na emigração, têm lugar neste espaço social. Pode-se afirmar que a emigração com carácter estacional e a quase totalidade dos casos de regresso registados nesta aldeia até à data do inquérito contemplavam precisamente uma outra vertente de consequências do surto emigratório com destino a França, na década decorrida entre os inícios dos anos sessenta e setenta.

A análise do ano e da idade de saída do conjunto de 176 casos de emigração recenseados (5) permite referenciar desde logo alguns dos elementos sobre que assentam os desiguais comportamentos perante a emigração.

A periodização do movimento de saída para França na freguesia (vd. quadro II) deixa perceber uma flagrante descoincidência em relação aos momentos de maior intensidade emigratória, com o mesmo destino, na globalidade do país (6). Revela-se nesta antecipação uma rápida adesão desta freguesia ao processo emigratório logo nos primeiros anos da década de sessenta, especialmente visível nas categorias de *regressados* e de *estacionais*, dos quais já tinham emigrado em 1969, respectivamente 93,5% e 76% (vd. quadro II). A comprovar tal facto, pode ainda acrescentar-se que cerca de metade dos casos de emigração analisados tiveram lugar entre 1962 e 1966, com um máximo em 1963 — 23 casos —, tendo, só neste quinquénio, emigrado 76% dos emigrantes regressados e 66% dos estacionais. A proximidade em relação à fronteira ajudará certamente a perceber a precocidade do movimento emigratório local, bem como a larga predominância da clandestinidade que o caracteriza.

Demarca-se assim, no tempo de saída, uma primeira linha de identifi-

cação nestas duas categorias de emigrantes, pela sua antecipação, relativamente a outros projectos emigratórios. No essencial, pode afirmar-se que a primeira fase do movimento de saída para França tinha implícito um projecto de regresso a breve prazo, embora deva ser realçado que, com semelhantes objectivos, também se emigrou em fases posteriores (vd. quadro II).

A idade no momento da partida constitui outro factor de inegável relevância no encaminhamento de um projecto emigratório para o regresso. Constatam-se efectivamente incisivas diferenças na idade média de saída das três categorias de emigrantes inquiridos. Ela ultrapassa os 30 anos nos *regressados* e *estacionais* — respectivamente 36 e 31 anos — e é menor que 25 anos nos *outros emigrantes*. De notar ainda que 30% dos emigrantes regressados saíram do país com mais de 40 anos de idade e alguns deles com mais de 50. De qualquer modo, a faixa etária entre os 31 e 40 anos para o conjunto dos emigrantes regressados e estacionais e a dos 21 a 30 anos para os *outros emigrantes* desenham os condicionamentos que o factor idade introduz no desencadeamento de um projecto emigratório (vd. Fig. 2).

O regresso, consumado ou em preparação, surge-nos nitidamente associado a emigrantes com idade de saída mais avançada. Apanhados pelo «boom» emigratório em fase adiantada de organização da sua vida familiar e económica ou comprometidos com iniciativas a esse nível que não previam a hipótese de saída da comunidade, prolongaram na «abertura da emigração» as estratégias já impulsionadas de estabilização ou acesso a condições desejáveis de reprodução material e social no interior da comunidade. No mínimo, intentava-se assim que a eventualidade de um insucesso na emigração não inviabilizasse o estatuto social e o lugar já alcançados na estrutura social da comunidade nem pusesse em risco a sobrevivência económica da família.

Outros factores podem explicar a relação entre idade de saída e projecto de regresso. O maior analfabetismo sócio-linguístico e cultural bem como o mais vincado enraizamento nos valores próprios da sociedade rural, com previsível incidência nas gerações mais velhas, traduzir-se-iam numa mais fraca capacidade de adaptação às realidades sócio-culturais do país de acolhimento. Os jovens, em princípio, mostrar-se-iam assim mais permeáveis à assimilação dos padrões e valores das sociedades industrializadas europeias personificando uma emigração com um pendor mais acentuado para a integração nas mesmas. Na categoria *outros emigrantes*, 86% dos casos recenseados emigrou com menos de 30 anos (vd. Fig. 2). Trata-se pois de uma emigração essencialmente jovem ou que inclui reagrupamento familiar e cujas ligações com a comunidade de origem se convertem num conjunto de manifestações que, aos níveis económico, social e simbólico, denuncia o carácter ambíguo e contraditório da condição social do emigrante, dividido entre a

inclusão e a exclusão sociais de dois «mundos» cultural e espacialmente diferenciados (7).

Ao contrário, os projectos emigratórios contemplando a previsibilidade de um regresso a médio prazo e assumindo-se em investimento de mobilidade social no estrito quadro da sociedade rural apresentam-se associados a indivíduos com idades mais avançadas no momento de emigrar.

Seria erróneo, contudo, entender a idade de saída do país como único factor determinante no lançamento de tais estratégias de emigração. As percentagens dos que emigram com menos de 30 anos no conjunto dos emigrantes regressados e estacionais (vd. Quadro II) são de molde a alertar para o facto de que a idade não actua isolada do contexto social em que tais comportamentos perante a emigração se podem desencadear. Os condicionalismos que afectam a existência das famílias e a estabilidade do seu estatuto social têm intervenção decisiva quer na opção de emigrar quer nas formas que assume esse acto, em função das expectativas que nele se investem. A dimensão e composição do agregado, a idade dos filhos, a organização da actividade agrícola no seio da família, a viabilidade económica e capacidade de reprodução da unidade agrícola familiar são factores de importância definitiva nessa escolha. Da sua acção conjugada resulta o quadro em que pode ser compreendida a incidência de uma emigração, eminentemente individual, cujos objectivos estratégicos se orientam para o reforço da posição e actividades económicas da família no interior da comunidade.

2. Composição Social do Movimento Emigratório

A caracterização da situação social de partida deste conjunto de emigrantes é pois fundamental para distinguir as expectativas investidas na emigração, permitindo identificar a estratégia que as sustém.

O acesso à terra, enquanto condição material indispensável à reprodução social das famílias camponesas, ergue-se como elemento internamente determinante e diferenciador, susceptível de prejulgar quem adere, em que fase e com que expectativas ao processo emigratório. Não surpreende, deste modo, o facto de terem sido jornaleiros, pastores e pequenos rendeiros, as figuras sociais recrutadas pela primeira leva da emigração local.

Iniciado com os camponeses sem terra, o movimento emigratório provocou um efeito de arrastamento que atingiu praticamente todos os sectores do mundo rural camponês, mesmo aqueles que nas suas explorações faziam uso, em escala apreciável, de força de trabalho não familiar.

A emigração de pequenos e médios agricultores proprietários surge-nos associada a duas razões. Em primeiro lugar, o abandono da aldeia por parte de jornaleiros e outros camponeses sem terra que asseguravam

a manutenção das suas explorações colocava de forma irremediável o problema da escassez de mão-de-obra e a perspectiva de um aumento incontrolado do seu custo. Por outro lado, pressentidos os efeitos de ascensão social que a emigração poderia possibilitar, tratava-se para estes proprietários de, recorrendo eles próprios à emigração, se oporem ao tendencial nivelamento social e conseqüente desestabilização do lugar por eles ocupado na estrutura social da comunidade.

Os artesãos e pequenos comerciantes locais cujas condições de existência assentavam nas funções de apoio prestadas à actividade agrícola e noutros serviços imprescindíveis ao desenrolar da vida quotidiana da aldeia, ressentiram-se por seu lado das dificuldades de reprodução dos restantes grupos camponeses.

A vaga emigratória que atingiu esta aldeia desenhou assim um movimento de saída para França que, num curto lapso de tempo, arrastou os grupos e as figuras sociais mais significativos da população activa da aldeia. A contingência de emigrar a todos se impôs de forma inabalável. (8)

No entanto, o factor determinante que terá contribuído para o engrossar deste movimento — as dificuldades de acesso à terra — acabou paradoxalmente por se constituir no elemento centralizador, à volta do qual se forjaram as estratégias de regresso. Tão intenso e socialmente diversificado movimento de saída provocou o enfraquecimento da pressão sobre a terra numa estrutura fundiária onde a pequena, a média e a grande propriedade coexistiam. A disponibilidade de terra assim originada deixou finalmente criadas as condições objectivas à materialização de aspirações sociais que previam, pela emigração, aceder a uma efectiva reprodução do estatuto camponês de partida, desta vez alicerçada na plena propriedade da terra e na revitalização da exploração agrícola familiar.

3. Efeitos da Emigração na Estrutura Social

Se a emigração inexoravelmente se instalou na vida quotidiana, na memória e no futuro deste pequeno universo populacional, o perfil rural da comunidade e o seu envolvimento com a actividade agrícola permanecem firmes, dir-se-ia até reforçados em face das transformações, em princípio, anunciadas pelo processo emigratório.

Em primeiro lugar, a análise das situações sócio-profissionais da população residente nesta aldeia permitiu detectar um total de 84% de activos agrícolas na população activa total. Mas se se ultrapassar o conceito de população activa agrícola, procurando não só contabilizar a prática da agricultura em complementaridade com outras actividades mas também contemplar a problemática da situação complexa das domésticas, reformados e jovens na agricultura familiar (9), então o

envolvimento directo com a agricultura sobe para 96% dos indivíduos activos na aldeia.

Em segundo lugar, o carácter familiar camponês da quase totalidade das explorações agrícolas é evidenciado pelo número elevado de trabalhadores agrícolas familiares que, mesmo excluindo os chefes de exploração, constituem cerca de 53% da população com actividade agrícola, sendo apenas de 14% a percentagem que abrange os assalariados agrícolas que, note-se, nunca o são com carácter exclusivo, e raramente em actividade principal.

Por último, a nítida retracção do arrendamento como base principal da exploração agrícola é ela própria um efeito do recente fenómeno emigratório. Após um período em que as terras ficaram ao abandono, hoje o emigrante que pretende reiniciar ou alargar a sua exploração é na qualidade de proprietário que o procura e pode fazer.

A expressão inegavelmente importante de agricultores proprietários no conjunto dos activos agrícolas contempla as situações mais díspares. Entre o dirigente da grande — em termos locais — exploração patronal e as pequeníssimas explorações centradas no autoconsumo, encontramos um conjunto diversificado de situações intermédias, quer quanto à dimensão e capacidade produtiva, quer no que respeita à utilização de trabalho familiar ou de trabalho assalariado.

Para esta heterogeneidade de situações, característica da actividade agrícola nesta aldeia, contribuem decisivamente os rendimentos provenientes da emigração e de outras actividades locais não agrícolas. Esta agricultura, contudo, tem ainda uma importância determinante na ocupação e fixação de uma mão-de-obra que a ausência de projectos industriais na região, o desemprego urbano-industrial no país e o fecho do ciclo emigratório para a Europa deixam a cargo da agricultura camponesa. Trata-se, efectivamente, de uma agricultura que, conjugando formas diversificadas de pluriactividade e plurirendimento proporcionadas pela feição que neste espaço social tomou o fenómeno emigratório, assume localmente um indiscutível impacte económico e social.

II — REGRESSO: UMA ESTRATÉGIA CAMPONESA DE EMIGRAÇÃO

1. Quem regressa?

A existência de um projecto de emigração condicionado e submetido à ideia do regresso pode, em larga medida, deduzir-se de duas características que, desde logo, objectiva e explicitamente marcam esta particular forma de emigrar. O seu carácter *individual* implica somente a saída do chefe de família e a sua forma *estacional* permite uma repartição do

tempo anual de trabalho entre a aldeia e o local de imigração. Estas características, ao determinarem que os restantes membros do agregado familiar permaneçam na comunidade, assegurando aí a continuidade da exploração agrícola, expressam com nitidez a intenção firme de nunca abandonar a aldeia. Permitem ainda reconhecer que esta funciona como espaço real e mítico onde se projectam expectativas e investem os resultados provenientes do percurso emigratório, segundo direcções —vê-lo-emos— que tendem a recuperar a lógica dos mecanismos fundamentais da sociedade rural camponesa.

Poderosos factores de condicionamento à manutenção desta estratégia emigrante há-os, sem dúvida, e foram já objecto de referência nas suas dimensões mais evidentes — a idade de saída, a situação e fase do ciclo familiar e o alto grau de analfabetismo que este grupo suporta. Certo é que, desde cedo, na própria decisão de emigrar e na forma como todo o processo se desenrola, objectivos bem determinados denunciam uma vontade explícita de sair «para melhorar a vida», significando esta atitude que a saída é temporária e o seu sucesso apenas faz sentido no quadro estrito da sociedade rural.

A análise da periodização dos regressos, da duração da estadia em França e das relações que vão sendo mantidas com a comunidade, ajudará a compreender as asserções até agora feitas.

Entre 1964 e 1980, os regressos vêm-se regularmente processando a uma cadência de 3 a 4 por ano. Específicas conjunturas que poderiam ter precipitado o regresso, ou provocado a sua retracção, sejam o Maio 68, o 25 de Abril ou o lançamento do «million Stoléru» parecem não ter exercido influência determinante no movimento de retorno.

Assim parece também pensar M. Poinard quando, sobre a mesma problemática, afirma: «A análise (...) parece revelar quanto os regressos se ligam à história da emigração, quanto a quota-parte das determinações individuais na decisão de regressar se sobrepõem aos efeitos da conjuntura económica dos países de partida ou de chegada». (10)

É assim que, exceptuando casos de doença ou invalidez, conflitos familiares em virtude da ausência ou o insucesso puro e simples, no conjunto dos regressados cerca de 54% dos regressos ocorrem após pelo menos 8 anos de estadia em França, atingindo alguns 17 e 18 anos, sem que entretanto aí se tenha instalado a família ou algum dos seus membros. A situação repete-se em todos os estacionais, aumentando aqui a duração da estadia que atinge mais de 15 anos em 72% dos casos.

Se relacionarmos as idades de regresso com a estrutura sócio-profissional para o conjunto dos regressados, mais nítidas se tornam ainda não só as linhas desta estratégia de emigração como algumas das vias da sua concretização.

De facto, se grande percentagem de regressos (56%) ocorre entre os 30 e os 50 anos (vd. Fig. 2) — o que diz bem dos limites temporais de estadia em França colocados por este grupo —, 54% dos regressados retomam a

actividade agrícola como ocupação principal (a maior parte na condição de agricultores proprietários), percentagem que sobe para 82% se tivermos em conta o exercício da actividade agrícola a título complementar. (Fonte: Inquérito dos autores). E não se pode mesmo afirmar que os regressados com idades compreendidas entre 50 e 60 anos — apenas 23% — não devam ser entendidos de modo semelhante, já que a obtenção da reforma em França nem sempre constitui a causa essencial e determinante do retorno.

Aliás, tendo quase todos estes regressados praticado a emigração estacional, seria até mais rigoroso afirmar que a interrupção ou o abandono das actividades agrícolas nunca chegou verdadeiramente a acontecer, porquanto, durante a ausência temporária destes emigrantes em França, essas actividades eram continuadas pela família na aldeia e reforçadas durante o período em que eles próprios permaneciam no país. É o que actualmente se passa com os emigrantes estacionais, todos eles agricultores proprietários na aldeia.

A agricultura constitui, portanto, o sector dominante no conjunto das actividades desenvolvidas pelo grupo de regressados e o «modo de vida» que suscita mostra que a experiência de trabalho e de contacto cultural além fronteiras de forma alguma conduziu à desvalorização social daquela actividade. Esta ligação persistente à agricultura obriga a pensar esta emigração à luz dos valores da sociedade rural, quadro em que definitivamente se inscreve a estratégia do regresso.

2. O Trabalho em França

«Eu vou para lá é para ganhar algum, que eu até nem ligo nada aos franceses. Estou lá simplesmente porque tenho mais vantagens depois de chegar cá.»

Depoimento de um emigrante estacional

De entre as alternativas de trabalho em França oferecidas a estes emigrantes e efectivamente por eles experimentadas, sobressai um quadro de opções condicionadas não só pela inexistência de qualquer formação profissional, mas também pela persistência de desejos e expectativas que, apesar do contacto estreito e quotidiano com a realidade económica, social e cultural do mundo urbano-industrial, não ultrapassam o campo dos valores e aspirações possíveis no contexto das condições sociais de existência da sociedade rural.

Vejamos então de que modo esta emigração individual, estacional e orientada para o regresso se coaduna e reage perante o leque de escolhas de trabalho em França.

Pode afirmar-se que o trabalho na construção civil é, sem dúvida, o mais procurado. Uma primeira ordem de razões estará na base desta

escolha. Para os níveis e as características da qualificação profissional possuída por estes emigrantes, o sector em causa não só fornece as melhores condições de remuneração como ainda, ao não exigir uma formação especializada, permite uma rápida aprendizagem das funções técnicas e serviços a desempenhar.

Por outro lado, os empresários da construção civil em França têm por norma ceder alojamento gratuito aos seus trabalhadores estrangeiros no intuito de os manter próximo dos locais de trabalho e não permitir que sejam levantados obstáculos às regulares mudanças de localização dos empreendimentos. Ora, esta situação de permanente deslocação se obsta à criação de condições para a emigração do conjunto da família, é também a que se mostra mais conveniente a uma emigração periódica e orientada para a obtenção, num mínimo espaço de tempo, de um máximo de poupanças.

Simultaneamente, a irregularidade e o abrandamento desta actividade durante o inverno permite o funcionamento estacional desta emigração. Assim é que a maioria dos casos actuais ou passados de trabalho estacional detectados nesta aldeia estão associados à construção civil em zonas montanhosas ou de condições climatéricas mais duras, de que é exemplo a região de Grenoble.

Antes, porém, de alcançar o domínio das situações propiciadoras da estacionalidade, o trajecto emigrante percorre normalmente diversas etapas que passam por um período inicial de permanência em França durante praticamente todo o ano e, ocasionalmente, por outro tipo de actividades. Mesmo excluindo os casos de emigração mais antiga do princípio dos anos 60, quando a dificuldade de obtenção de passaporte obrigou ao adiamento da primeira visita por 3 a 5 anos, sob pena de interrupção do projecto emigratório ou de nova ida clandestina, os primeiros anos de emigração têm sempre um carácter permanente, quebrado apenas por curtos períodos de férias ou de visita à família. Se a «febre» da poupança ou até o pagamento das dívidas deixadas na aldeia, tantas vezes contraídas para financiar o próprio «salto», podem em certa medida justificar este comportamento, outras dificuldades relacionadas com as condições de trabalho em França estarão também na sua base. O melhor trabalho é, à chegada, o primeiro que aparece, aquele que os amigos ou familiares já instalados conseguem encontrar.

Assim, é possível detectar casos de primeiro emprego na agricultura, rapidamente abandonado, no entanto, em virtude do baixo nível de remuneração. Se este tipo de trabalho poderia parecer o mais apropriado a um período inicial de adaptação do camponês emigrado, ele dá lugar todavia a caricatas histórias de fuga ao inesperado isolamento em «quintas» ao mesmo tempo longe das remunerações desejadas, possíveis noutros sectores, e da restante comunidade emigrante.

Nas obras públicas, por outro lado, a dimensão e organização do tipo de empresas aí dominante mostra-se incompatível com as formas de

trabalho periódico inerentes à emigração estacional. Alguns casos referenciados neste tipo de trabalho durante a estadia em França são, em sentido estrito, de emigração permanente embora as formas de ligação à comunidade, à família e à exploração agrícola familiar se mantenham semelhantes.

Na construção civil, onde prolifera uma grande quantidade de pequenos patrões, é sempre possível encontrar um patrão que aceite e a quem convenha a prestação de trabalho por períodos. Além disso, as facilidades em obter um lugar de trabalho em cada ida a França permitem o auto-despedimento por parte do emigrante sempre que deseje «vir à terra». É evidente que esta situação só é viável a partir de um conhecimento mínimo e domínio dos mecanismos próprios deste mercado de trabalho. Em muitos casos, após a estadia em Portugal por períodos que vão de 3 a 6 meses, o posto de trabalho abandonado volta a ser ocupado pelo mesmo emigrante. Além disso, o trabalho nestas pequenas empresas, tantas vezes à margem da legislação, permite a prestação de horas extraordinárias ou até de trabalho aos fins-de-semana, dando oportunidade ao emigrante de aproveitar ao máximo o tempo de estadia em França e assim aceder a remunerações e poupanças, de outro modo impossíveis de obter em tão pouco tempo: «... se encontrasse um patrão ia trabalhar aos sábados e domingos para aproveitar o tempo. Já se lá montaram muitos *bâtiments* aos fins-de-semana e eu ajudei a montar muitos» (11). As horas extraordinárias e o trabalho aos fins-de-semana para patrões ou particulares («bricoles») são assim características importantes nesta estratégia de emigração.

A mesma ordem de razões atribuídas à opção pelo trabalho na construção civil permitem, no fundo, compreender a recusa intransigente do trabalho na fábrica. A falta de formação profissional, as dificuldades de aprendizagem e mesmo o analfabetismo obrigam à ocupação de lugares desqualificados de mais baixa remuneração, ao mesmo tempo que bloqueiam a subida para categorias profissionais melhor remuneradas. O problema do alojamento e a exigência de regularidade no trabalho, por outro lado, tornam ainda inconciliável a fábrica com esta estratégia de vai-vem. No entanto, outras razões de sentido bem mais profundo podem estar na base desta intransigência perante a fábrica e que, não fossem as aspirações investidas na emigração, certamente atingiriam também a actividade na construção civil: «nunca gostei de fábricas nem de construção civil, mesmo na França quando lá estava gostei sempre das coisas da agricultura».

De facto, se a dureza do trabalho na construção civil ou nas obras públicas é tantas vezes desprezada por quem se acostumou ao sol a sol do trabalho agrícola, já a atitude perante a fábrica se mostra reveladora duma desadaptação sócio-cultural e de uma recusa a tal ponto inabalável que é bem um indício dos objectivos prosseguidos nesta «viagem» temporária à sociedade urbano-industrial: «ainda pensei em ir para a fábrica

Michelin, mas andavam lá tão farruscos do carvão que voltei para trás e nunca mais lá voltei!»

O gosto de «andar ao ar livre» e a aversão ao «barulho desgraçado» na fábrica são ainda expressões exemplares da fuga ao trabalho industrial, apontando para uma inépcia de ordem cultural que se assume e que, apesar de tudo, a actividade na construção civil permite camuflar: «na fábrica está cada um na sua praça e praticamente nem se conversa com os companheiros, ao passo que na construção civil andamos sempre dois a dois: um homem vai trabalhando, vai conversando e vai distraíndo, é diferente o trabalho...» Nesta apreciação, são claras as referências a uma solidariedade, entreatura e convívio durante o acto de trabalho, que as formas atomizadas e impessoais do trabalho industrial não incluem. Sendo apanágio das práticas colectivas do trabalho agrícola nas sociedades rurais, tais referências transportam-se com a emigração numa tentativa de apaziguar a penosidade não tanto do esforço mas de relações sociais e condições de trabalho específicas a um espaço social e referenciáveis a um imaginário que o *habitus* destes emigrantes não permite apreender nem, de resto, a sua estratégia comporta. (12)

Do comportamento global deste grupo de emigrantes resulta um fechamento intencional do seu espaço de convívio e da sua rede de relações sociais — os emigrantes desta aldeia tendem a juntar-se em França nas mesmas cidades e empresas (13) — e um distanciamento extremo perante a sociedade francesa, na qual as suas relações passam preferencialmente pela esfera sócio-económica que envolve o trabalho.

Quanto ao resto, ela é olhada com receio, visualizando-se nos seus valores o perigo da própria desagregação familiar. Os filhos, quando jovens, raramente acompanham o pai para França, entre outras razões, com receio da sua própria perdição: «...o muito dinheiro nos bolsos da rapaziada nova não é lá grande coisa». A mesma atitude se verifica em relação ao conjunto da família quando se chegou a colocar a hipótese da sua deslocação em bloco para França, país por eles considerado «avançado demais do que o que pertence».

No fundo, a França só lhes serve «para ajeitar a vida». Lugar de uma estratégia social determinada e ponto de passagem de um trajecto que tem a comunidade rural como origem e meta, a França é ao mesmo tempo entendida como o *eldorado* e o espectro da destruição dos valores da família e da sociedade rural.

3. Estratégias Familiares de Recomposição da Economia Camponesa

3.1 Destino das Poupanças

A primazia que neste estudo se dá às práticas sociais leva a descortinar a existência de *momentos* no comportamento destes emigrantes que

resultam numa estratégia organizada para a recomposição da unidade agrícola familiar no quadro da sociedade rural camponesa.

Identificados que foram alguns desses momentos — recorde-se o significado da decisão de apenas emigrar o chefe de família, de o fazer somente por períodos determinados e, por último, da atitude perante o trabalho em França e a sociedade francesa — resta-nos agora abordar o aspecto em que essencialmente se revela esta estratégia: o destino das poupanças, a utilização e distribuição dos rendimentos conseguidos além-fronteiras.

Efectivamente, na utilização das poupanças alcançadas há prioridades. A lógica da sua sequência, pese embora algumas variantes, restitui com apreciável clareza o móbil desta emigração. Em primeiro lugar, procede-se à compra ou reconstrução da casa, cujo modelo prolonga, sem excepção, a estrutura duma habitação rural perfeitamente funcional ao trabalho agrícola. Quase simultaneamente tem lugar a compra de terras. A par dos melhoramentos e despesas que o seu cultivo acarreta, desde a compra de máquinas ao pagamento de jornas, a aquisição de terras constitui o acto que maior empenhamento envolve em termos de investimento. Eventualmente aposta-se na educação dos filhos, generaliza-se o aumento do consumo familiar e só em último lugar — é normalmente esta a etapa final da estadia em França, da qual aliás em muitos casos se prescinde — se destina uma parte da poupança ao depósito bancário.

A compra de terra constitui, sem dúvida, parte considerável do total dos investimentos, sendo em função dela que se efectua a reorganização da vida da família na comunidade. Ter terra, repisar constantemente o gosto pela agricultura ou declarar com orgulho as quantias dispendidas na compra de parcelas significa ainda uma forma de investimento simbólico, isto é, a garantia do prestígio e da estima sociais num contexto onde tais atributos passam por «ser-se proprietário».

De acordo com as prioridades seguidas na orientação das poupanças, se o projecto social destes camponeses emigrantes não fosse já claramente óbvio, restar-nos-iam algumas observações mais acerca do lugar que reservam para os seus filhos e das expectativas que investem no seu futuro. Com efeito, a educação dos filhos reflecte-se como uma peça fundamental desta estratégia emigrante, já que se ela interfere com o destino social daqueles que, nascidos no seio das famílias camponesas e de acordo com as possibilidades trazidas pela trajectória de seus pais, se vêem abrir novas perspectivas de inserção social, obriga, de imediato, a equacionar a problemática da reprodução das famílias camponesas e da própria sociedade rural. Dir-se-ia que estes emigrantes, garantindo aos seus filhos a possibilidade de a partir dos aparelhos escolares adquirirem competências específicas a utilizar no mercado de trabalho, contribuiriam, se atentarmos nas exigências da sua reprodução enquanto famílias camponesas, para que aquela fosse progressivamente bloqueada. Por

aqui se iniciaria uma das vias de desagregação dum espaço social que esta emigração, a todo o custo, tem ajudado a conservar.

Ora, o encaminhamento social e profissional dado aos filhos em nada parece vir quebrar a coerência inabalável desta estratégia emigrante. Embora não se opondo declaradamente à via escolar como forma de «saída» e de mobilidade social demonstram uma certa resistência em nela se empenharem, o que se traduz, na prática, por uma efectiva ausência de pressão para que a formação escolar dos filhos se concretize. É assim que, num total de 74 filhos de famílias de emigrantes, entre os 12 e os 30 anos, apenas 14 ultrapassam o nível do ciclo preparatório, tendo, entretanto, apenas 2 concluído o 11.º ano.

De facto, a maioria dos emigrantes desta aldeia continua a empenhar-se na manutenção dos laços com a actividade agrícola e a manifestar uma forte vontade de assegurar a sua substituição quer na direcção da exploração agrícola quer no contexto concreto da comunidade. Tentam sob diversas formas aliciar os filhos a manter-se e a fixar-se na aldeia. A construção de uma casa para cada filho e a compra de tractor, nem sempre satisfazendo necessidades directas da exploração agrícola, ilustram, a par de outras iniciativas, essas tentativas de «prender» os filhos à casa e à terra.

Que a estratégia destes emigrantes tem revelado alguma eficácia não restam dúvidas. Que ela seja permanentemente ameaçada, nomeadamente pela presença crescente de solicitações mais aliantes para as camadas mais jovens, eis uma outra questão.

3.2 Estratégias de reprodução e organização familiar

«Eu emigrei porque tudo o que a gente ganhava era para pagar as rendas aos donos das terras. Agora já comprei aí umas parcelas e só trabalho no que é meu».

Depoimento de um emigrante

Perfigurando a estrutura modelo que define o padrão do sucesso na emigração, a situação em epígrafe está longe de se repetir ou necessariamente revestir da mesma intensidade em todas as famílias de emigrantes e menos ainda naquelas que nunca experimentaram tal processo. Socialmente, uma família que dispõe de rendimentos acumulados na emigração não se reproduz nos mesmos moldes de uma outra cujo trabalho e rendimento se confina apenas à exploração agrícola ou nela tem o seu ponto de partida.

Ser «agricultor proprietário», neste contexto social, recobre uma tão complexa diversidade de situações que o seu significado só poderá ser plenamente atingido desde que referenciado ao lugar específico da sua

origem e reprodução. A estrutura do grupo doméstico cristaliza, sem dúvida, esse lugar. Conhecer, assim, a morfologia das famílias — a sua dimensão, as idades e actividades dos seus membros e os diferenciados projectos e trajectórias que no seu seio se cruzam — é tarefa imprescindível que em muito ajudará a clarificar o papel dinâmico que a emigração de regresso veio desempenhar na reestruturação da família camponesa e na revitalização que trouxe a toda a comunidade.

Uma nova agregação dos elementos até agora avançados permitirá chegar, em termos de famílias, aos seguintes conjuntos:

Famílias de não emigrantes	Famílias de emigrantes
Famílias abrangidas pela reforma (reforma rural sobretudo) cuja idade se situa à volta ou muito acima dos 65 anos e formam agregados de 2 pessoas ou 1 só57	
Famílias cuja principal actividade e rendimento não provém da agricultura , embora possa ser exercida complementarmente. Empreiteiros, comerciantes, operários da construção civil (outros assalariados) 21	Famílias de regressados 55
Famílias cuja principal actividade provém da agricultura , embora complementarmente possam exercer outras actividades .. 32	Famílias de estacionais e permanentes 25
TOTAL..... 110	TOTAL..... 80

Fonte: Inquérito dos autores.

Perante o enquadramento familiar esboçado, resulta bastante mais vincada do que na primeira aproximação ao fenómeno do regresso a dimensão dos indivíduos que viveram a experiência da emigração ou nela indirectamente se viram envolvidos — cerca de 42% num total de 190 agregados residentes. As iniciativas de investimento deste grupo de famílias deve recordar-nos a sua ligação privilegiada à agricultura, actividade eleita como espaço de aplicação dos seus recursos económicos.

Ora, se 32 famílias, não tendo nunca emigrado, continuam a sobreviver neste espaço social à custa da mesma actividade, desde já interessará averiguar o modo como realizam a sua reprodução em comparação com

as que, partilhando semelhante quotidiano, beneficiam de outras fontes de rendimento.

Da incursão realizada ao funcionamento do conjunto das famílias que *nunca emigraram*, dois aspectos sobressaiem com nitidez: a presença de operários e pequenos empreiteiros da construção civil, particularmente nas famílias mais jovens, enquanto nas famílias cuja actividade principal reside na agricultura se concentra um número razoável de jornaleiros (14). A existência de jornaleiros nestas famílias, e o facto de o seu número aumentar consoante aumenta o número de membros da família, facilmente deixa subentender as dificuldades de reprodução destes camponeses no quadro estrito da produção doméstica. Sem o recurso a qualquer forma de «ajudas» de familiares emigrantes ou de reformas, a conservação do estatuto camponês destas famílias não se faz senão à custa da semi-proletarização de alguns dos seus membros, sobretudo nas famílias mais jovens e com maior número de elementos. Por outro lado, a existência de famílias jovens que retiram o seu rendimento sobretudo de actividades ligadas à construção civil atesta bem da reanimação económica trazida pela emigração, criando de momento alternativas à mão-de-obra mais jovem.

Apesar de não formarem um grupo homogéneo, bem diferente da anterior é, sem dúvida, a situação que se verifica no interior das *famílias de emigrantes*. Desiguais níveis de realização do sucesso na emigração determinam consideráveis diferenças entre os grupos domésticos, no que respeita a rendimentos e actividades. Importa todavia realçar os que lograram impor a sua estratégia de relançamento da agricultura local contribuindo, ao mesmo tempo, para a própria reprodução de outras famílias menos favorecidas. Vejamos de que maneira.

Cerca de 50% das famílias de regressados e a totalidade das famílias de emigrantes estacionais absorvem toda a mão-de-obra familiar disponível no quadro das explorações agrícolas de que são proprietários; no restante grupo de famílias verifica-se a existência de pelo menos um elemento jornaleiro, aumentando o seu número à medida que aumenta o tamanho da família; finalmente, outro grupo de famílias retira os seus rendimentos do comércio, construção civil e corte de madeiras, em regime de conta-própria ou, com menor relevância, assalariando alguns dos seus membros.

Neste conjunto de *famílias de emigrantes*, o assalariamento e o exercício de actividades não agrícolas impõe uma explicação. As bases de uma economia de poupança fundada no plurirendimento dependem da capacidade do emigrante as gerir à distância e do tempo de estadia em França, de molde a garantir, após o regresso, uma reprodução sem sobressaltos desta economia camponesa. É durante esse período que se revela a importância determinante do aproveitamento máximo das disponibilidades de mão-de-obra familiar e, evidentemente, da gestão à distância de todo o trabalho agrícola — «se eu estou sozinho em França e não tenho

cá a minha agricultura, se a minha família está aqui à boa vida e a viver só do salário de um, então pouco me avança eu ir para França!»

Não será certamente por acaso que nas famílias em que existem jornaleiros ou que, por inteiro, se dedicam a actividades não agrícolas, o respectivo chefe nunca ultrapassou os cinco anos de estadia em França, ao passo que nos casos em que a estadia decorreu entre dez e vinte anos predomina o recurso exclusivo à actividade agrícola e a ausência de assalariamento. Por outro lado, convém salientar que o assalariamento de parte da força de trabalho em algumas destas famílias, o que ocorre predominantemente em sectores não agrícolas, é claramente uma opção dos membros mais novos do agregado. Não é raro encontrar filhos de emigrantes, antigos estudantes que, nem sempre com acordo paterno ou até contrariando-o frontalmente, recorrem ao trabalho na construção civil ou no corte de madeiras.

A existência de rendimentos extra-agrícolas, nas famílias de emigrantes vai consentindo a preservação da actividade agrícola exercida em bases familiares.

De facto, o alargamento das explorações agrícolas e a diversificação de actividades no seio da família, a começar pelo próprio chefe que se proletariza em França, se durante um certo período pode manter a produção ao nível do autoconsumo — o que nomeadamente corresponde à fase de «arranque» da emigração — permitirá, num segundo momento, atingir níveis que podem envolver razoável grau de comercialização. No entanto, numa agricultura que se desenvolve à custa da emigração é fundamental ter em conta as transformações operadas ao nível da propriedade que, entre outras consequências, libertaram os produtores da pressão de ter que «vender para pagar as rendas». Por outro lado, e na medida em que se dispõe sempre de outros rendimentos, o investimento na agricultura é alheio aos mecanismos da produção para o mercado, escapando, de certa forma às suas exigências. Fica assim garantida uma margem de manobra que permite produzir sem a pressão de ter que vender a qualquer preço: «se não fosse para França tinha que andar aí sempre com uma enxada na mão e assim, ando com ela, mas ando para mim. Quando me apetece, descanso!»

Os rendimentos provenientes da emigração têm, como se vê, um papel determinante na continuidade e reforço da agricultura local. A dependência das famílias não-emigrantes de rendimentos provenientes de actividades não especificamente agrícolas reduz-lhes o espaço de manobra e conduz as suas explorações agrícolas a uma exiguidade cuja sobrevivência só é possível assegurar no âmbito dessa dependência. Pelo contrário, o plurirendimento induzido pela emigração, mantendo igualmente dependente a exploração agrícola a que se associa, produz efeitos bem distintos. A disponibilidade de rendimentos criada por tal processo permite, a quem nele se envolveu, ultrapassar a mera intenção de «melho-

rar a vida», constituindo-se num virtual factor de dinamização e reanimação económica e social da comunidade rural.

CONCLUSÃO

Que esta emigração de regresso, orientada para a recomposição das estruturas sociais locais, obedece a uma estratégia camponesa não deixará sobejar muitas dúvidas. Recorrendo a formas específicas de relação com o trabalho no estrangeiro, entre as quais se destacam a ida apenas do chefe de família e, com a estacionalidade, a prática duma pluriactividade assente em dois espaços sócio-geográficos distintos, procede-se à viabilização da exploração agrícola familiar e dum espaço rural cuja sobrevivência estaria há muito comprometida em virtude do processo de desagregação social e demográfica a que foi submetido.

A reanimação da agricultura local, predominantemente exercida por explorações agrícolas familiares com capacidades de intervenção ao nível dos mercados regionais, a retracção do arrendamento, visível na larga percentagem de pequenos proprietários, e o reduzido número de assalariados na estrutura social são elementos que remetem para a origem e a natureza camponesas da estratégia emigrante analisada. O alargamento ou a abertura de outros sectores de actividade económica, nomeadamente a exploração florestal e a construção civil, mas também certos ramos de comércio, testemunham ainda o papel dinâmico que esta emigração veio desempenhar no espaço social que afectou, criando alternativas, ainda que transitórias, para a fixação e reprodução das diferentes camadas sociais àquele ligadas.

Sem dúvida que a materialização desta estratégia se acha condicionada ao específico contexto que a enquadra. A coerência das trajectórias prosseguidas por estes emigrantes regressados mergulha as suas raízes no próprio meio local, ou seja, nas condições sociais aí existentes para receber, adequar e integrar as suas «propostas». No entanto, deverá salientar-se que o pleno aproveitamento ou a reconversão das disponibilidades sociais e económicas comportadas por esta emigração, ao depender da vontade dos agentes que a personificam, encontra os seus limites na ausência de projectos de desenvolvimento mais amplos cujo lançamento obviamente os ultrapassa.

FIG. 1

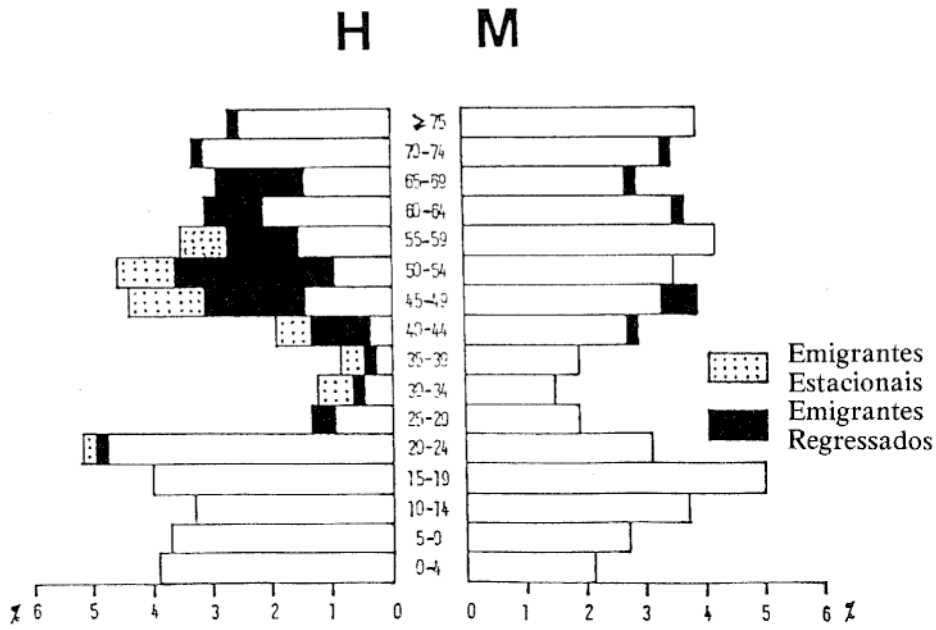
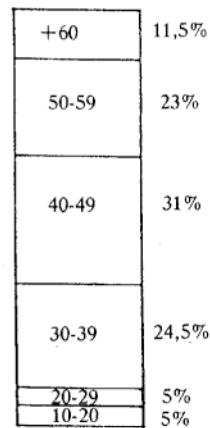
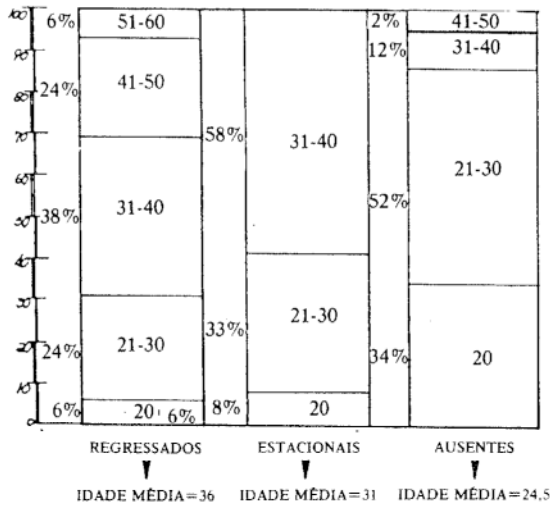


FIG. 2

PERCENTAGEM POR INTERVALOS DE IDADE DE SAÍDA DO PAÍS PARA O CONJUNTO DE REGRESSADOS ESTACIONAIS E OUTROS EMIGRANTES CONSIDERADOS SEPARADAMENTE

PERCENTAGEM DE REGRESSADOS POR GRUPOS DE IDADE DE REGRESSO



QUADRO I
População Residente do Meimão

<i>Ano</i>	<i>Pop. Resd.</i>	<i>Variaç. Abs.</i>	<i>Variaç. Rel. %</i>
...
1878	450	+061	+15,7
1890	573	+123	+27,3
...
1950	962	+084	+ 9,6
1960	892	-070	- 7,3
1970	709	-183	-20,5
1980*	519	-190	-26,8

Fonte: X Recenseamento Geral da População, Tomo I, volume 1.º, INE.

XI Recenseamento Geral da População INE.

* Inquérito dos autores com recenseamento da população da freguesia realizado em Fev./Mar. de 1981.

QUADRO II
Ano de saída do País no universo de emigrantes inquiridos

Categorias de Emigrantes		Anos de saída					Des.	TOTAL
		Antes de 1960	de 1960 a 1964	de 1965 a 1969	de 1970 a 1974	de 1975 a 1980		
Emigrantes	V. abs.	2	35	20	4			61
Regressados	%	3,3	57,4	32,8	6,5			37,4
	% Cum.	3,3	60,7	93,5	100,0			
Emigrantes Estacionais	V. abs.		13	6	4	1	1	25
	%		52,0	24,0	16,0	4,0	4,0	14,2
	% Cum.		52,0	76,0	92,0	96,0	100,0	
Outros Emigrantes	V. abs.	4	21	25	30	6	4	90
	%	4,45	23,3	27,8	33,3	6,7	4,45	51,1
	% Cum.	4,45	27,75	55,55	88,85	95,55	100,0	
	V. abs.	6	69	51	38	7	5	176
	%	3,4	39,2	29,0	21,6	4,0	2,8	100,0
TOTAL	% Cum.	3,4	42,6	71,6	93,2	97,2	100,0	

Fonte: Inquérito dos autores.

(1) Cf. SHANIN, T., «El advenimiento de los campesinos: emigrantes que trabajan, campesinos que viajan e marxistas que escriben», *Agricultura y Sociedad*, (16), 1980, p. 18.

(2) Sobre a problemática e as perspectivas epistemológica e metodológica em que se enxertam os *Estudos Camponeses* (Peasant Studies) a que aqui nos referimos, leia-se Villaverde CABRAL, «A ética dos estudos camponeses: Notas breves sobre o campesinato e o seu 'futuro' em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (7/8), 1981, pp. 135-148.

Uma síntese sobre as origens e o desenvolvimento das correntes de pensamento que, sobretudo desde os anos sessenta, têm recuperado e configurado a tradição teórica dos *Estudos Camponeses* pode ler-se em SEVILLA-GÚZMAN, E., «El campesinato: Elementos para su reconstrucción teorica en el pensamiento social», *Agricultura y Sociedad*, (27), 1983, pp. 33-37.

(3) Cf. ALMEIDA, J. F., «Sobre a monografia rural», *Análise Social*, (52), 1977, pp. 789-308, e PINTO, J. M., «O espaço social rural: Especificações, funções, transformação», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (7/8), 1981, pp. 327-328.

(4) Para uma análise mais integrada do conjunto das manifestações económicas, sociais e simbólicas que caracteriza a natureza ambígua da situação social do emigrante, ver ANTUNES, M., «Emigração portuguesa, mobilidade social e identidade cultural», *Análise Social*, (65), 1981, pp. 17-27. Sobre os aspectos eminentemente simbólicos que habitam as relações socio-culturais específicas da condição emigrante, ver RODRIGUES, A. D., «La pratique symbolique des travailleurs emigrés», *Revista de História Económica e Social*, (4), 1979, pp. 41-51.

(5) Este universo obteve-se com a extensão do inquérito sobre a emigração local a um conjunto de emigrantes que, sendo filhos(as) de famílias residentes em Meimão, actualmente residem e trabalham em França, apenas visitando a aldeia uma vez por ano. Este último conjunto, designado na categoria *outros emigrantes*, revela características e comportamentos perante a comunidade e o regresso que denunciam a existência de um projecto emigratório bem diferente daquele que se antevê para os casos de *regressados* e *estacionais*. Constitui, por isso, uma categoria à parte neste estudo, cuja análise está ainda a ser desenvolvida.

(6) Os elementos estatísticos disponíveis revelam o período entre 1965 e 1971 como o momento mais alto da emigração com destino a França, conhecendo o seu máximo em 1970. A emigração clandestina, por seu lado, atinge o cume de intensidade nos anos de 1969-70-71. Vd. GUERREIRO, J., «Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos», *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, (1-2), 1981, p. 33, pp. 38-39.

(7) Vd. RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 41-51, e ANTUNES, *op. cit.*, pp. 17-27.

(8) O processo de mútuo arrastamento dos diferentes grupos sociais do mundo rural para a emigração, aqui representado a nível local, manifesta inelidíveis semelhanças com o observado por Pérez-Díaz relativamente ao desenrolar do processo emigratório nos campos em Espanha. Vd. PÉREZ-DÍAZ, V., *Pueblos y classes sociales en el campo español*, Madrid, Siglo XXI de España, 1974.

(9) Cf. BARROS, A., e MENDES, F. R., «Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa», *Análise Social*, (75), 1983, pp. 57-58.

(10) Cf. POINARD, M., «Emigrantes em França: o regresso», *Análise Social*, (75), 1983, p. 39.

(11) Salvo indicação em contrário, as citações que se seguem neste texto têm origem em depoimentos directamente recolhidos pelos autores junto de emigrantes regressados e estacionais em Meimão.

(12) Sobre o conceito de *habitus* ver de um modo geral as obras de P. BOURDIEU, especialmente BOURDIEU, P., *Le sens pratique*, Paris, Les Editions de Minuit, 1980, pp. 87-109.

(13) Sobre a constituição das correntes emigratórias e das comunidades em situação dipolar que se formam na base das ligações sociais e culturais que os emigrantes estabelecem com a povoação portuguesa donde emigraram, cf. TRINDADE, M. B. R., «Comunidades migrantes em situação dipolar», *Análise Social*, (48), 1976, pp. 983-997.

(14) Localmente o conceito de jornaleiro não recobre especificamente a figura do as-

salariado agrícola; podendo também dizer respeito a essa situação, um jornalista é sobretudo um trabalhador que irregularmente se assalaria em qualquer sector de actividade.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANTUNES, M., «Emigração Portuguesa, Mobilidade Social e Identidade Cultural», *Análise Social* (65), 1981, 17-27.
- ALMEIDA, J. F., «Sobre a Monografia Rural», *Análise Social*, (52), 1977, 789-803.
- BARROS, A. e MENDES, F. R., «Formas de Produção e Estatutos do Trabalho na Agricultura Portuguesa», *Análise Social*, (75), 1983, 57-78.
- BOURDIEU, P., *Le Sens Pratique*, Paris, Les Editions de Minuit, 1980.
- GUERREIRO, J., «Análise Tendencial da Emigração Portuguesa nos Últimos Anos», *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, (1-2), 1981, 31-69.
- PÉREZ-DÍAZ, V., *Pueblos y Clases Sociales en el Campo Español*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1974.
- PINTO, J. M., «O Espaço Social Rural: Especificidades, Funções, Transformações», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (7-8), 1981, 327-328.
- POINARD, M., «Emigrantes em França: O Retorno», *Análise Social*, (75), 1983, 29-78.
- RODRIGUES, A. D., «La Pratique Symbolique des Travailleurs Emigrés», *Revista de História Económica e Social*, (4), 1979, 41-51.
- SEVILLA-GÚZMAN, E., «El Campesinato: Elementos para su Reconstrucción Teórica en el Pensamiento Social», *Agricultura y Sociedad*, (27), 1983, 33-79.
- SHANIN, T., «El Advenimiento de los Campesinos: Emigrantes que Trabajan, Campesinos que Viajan y Marxistas que Escriben», *Agricultura y Sociedad*, (16), 1980, 9-26.
- TRINDADE, M. B. R., «Comunidades Migrantes em Situação Dipolar», *Análise Social*, (48), 1979, 983-997.
- VILLAVARDE CABRAL, M., «A Ética dos Estudos Camponeses: Notas Breves para uma Reflexão sobre o Campesinato e o seu 'Futuro' em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (7-8), 1981, 135-148.